

**OPINIÃO, BIOPOLÍTICA,  
GOVERNAMENTALIDADE E CONTROLE:  
as armadilhas da ambientalização  
e seus muitos e estranhos funcionamentos...**

***OPINION, BIOPOLITICS,  
GOVERNAMENTALITY AND CONTROL:  
the trappings of environmentalization  
and its many and strange functionings...***

---

Ana Godoy

*Universidade Estadual de Campinas*

**Resumo**

Há pelo menos três passagens na obra de Deleuze e Guattari em que os autores referem-se explicitamente a uma nova configuração da universidade na relação com a sociedade de controle ou de comunicação. O propósito deste texto é menos explorar tais passagens e mais o modo pelo qual esta nova configuração encontra sua efetividade numa perspectiva ambiental da educação. Perspectiva que, ao propugnar a ambientalização no currículo, no ensino, na pesquisa e na gestão das instituições reafirma a ecologia como ferramenta de estruturação da administração científica, destinada a desenvolver sistemas sociais efetivos para a administração do conhecimento dentro e fora da universidade. Nesta perspectiva, se o que nos cabe pensar hoje é os modos de resistência, é necessário problematizar toda uma discursividade da resistência que, ao operar subordinada aos índices de produtividade, funciona em redundância com um modelo majoritário como contraponto eficaz para a manutenção das coordenadas existentes.

**Palavras-chave:** sociedade de controle, governamentalidade, ambientalização, educação

**Abstract**

There are at least three passages in the work of Deleuze and Guattari in which the authors refer explicitly to a new configuration of the university in relation to the society of control and communication. The purpose of this paper is to explore how this new setting becomes effective from an environmental perspective of education. From the moment that this configuration calls for the environmentalization of the curriculum, teaching,

research, and management of the institutions we reaffirmed the ecology as a tool for structuring of scientific management to build effective social systems for administration of knowledge within and outside the university. In this perspective, if we need to think now is the modes of resistance, it is necessary to problematize a discourse of resistance that works subordinate to the academic levels of productivity, operating in redundancy with a majoritarian model as a counterpoint to the effective maintenance of common coordinates. **Keywords:** control society, governamentalidade, environmentalization, education

## Introdução

O caminho mais óbvio para começar este texto seria desenvolver cada um dos pontos elencados na ordem em que o breve resumo apresentado os dispôs. De saída colocaria algumas definições e de resto explicaria como uma nova configuração da escola e da universidade despenca surpreendente e escandalosamente na opinião e, ainda, como essa queda é desencadeada pela noção de ambientalização e controlada pela ecologia.

Teríamos assim, mais uma vez, embora um pouco distorcido, uma sorte de jardim do éden, agora acadêmico, em que Adão e Eva – pesquisadores e professores e alunos – mordiscam a reluzente maçã democrática da opinião. Mas ao invés de expulsos do paraíso acadêmico, transformam-no no chão democrático sobre o qual estendem a toalha do banquete e, sob a sombra da macieira, disputam, trocam e negociam opiniões. Nesta imagem distorcida o que importa considerar é que a maçã nunca foi tão importante quanto o é hoje e, ao contrário do que se supunha, o verdadeiro paraíso é aquele que encontramos depois da queda... – uma espécie de queda para o alto, num máximo de integração –, este paraíso que Foucault (1981) chamou reino da opinião e que Deleuze chamou democracia consensual. Aquele onde tudo e todos estão igual e irremediavelmente vinculados e se tornam transparentes, onde não reza a ambiguidade, onde não há ruído, onde finalmente a contagem se realiza sem resto, sem sobra, sem excesso, onde a política se confunde com a polícia (Rancière, 1996). O reino da opinião pouco se distingue do mercado e o marketing em nada se diferencia do verbo divino, e que “as empresa têm uma alma”, como disse Deleuze (1992, p. 224) parece ser motivo de alento e não de terror, visto que nada satisfaz tanto um democrata quanto constatar que o proprietário possui, antes de tudo, uma alma...

Pois muito bem, vou me deter, para começar, nesta ideia de que tudo e todos estão igual e irremediavelmente vinculados, aceitando, para tanto, habitar o mundo da opinião. Em que consiste este mundo à sombra da macieira?

\* \* \*

Ao apontar a problematização da relação entre informação, conhecimento e opinião, e o valor a elas atribuído enquanto dimensão da prática democrática na contemporaneidade, é preciso abrir mão de qualquer esforço no sentido de propor um projeto político em que o regime da opinião – sua sondagem, sua publicização – pudesse ser alçado para além da “forma comum da polícia nas sociedades ocidentais” (Rancière, 1996, p. 43). Isto porque, antes que um exercício político, a opinião é uma prática de polícia, no sentido em que concerne a distribuição dos corpos segundo modos de ver, dizer, sentir e pensar. Nesse sentido, a argamassa de palavras e imagens que constituem o universo opinativo não somente dá corpo ao modelo comunicacional, mas modula os corpos cuja organização identifica-se a um certo regime do sensível – ao modo de dividir e compartilhar a experiência comum – que a democracia consensual implica: aquele em que as partes já estão dadas de antemão, os corpos distribuídos em funções e em lugares que correspondem às funções. Já a política, por sua vez, é precisamente aquilo que rompe com certa distribuição do sensível e, portanto, com os modos pelos quais se determina o que é visível ou dizível numa dada configuração histórica; “ela faz ver o que não cabia ser visto, [...] faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (Rancière, 1996, p. 43).

Todavia, afirmar a opinião como prática de polícia não implica atribuir à política uma pureza que lhe caberia por princípio. A opinião põe em jogo dois processos: um pelo qual se legitima uma dada configuração, reproduzindo-a como sendo o melhor para garantir os direitos e o bem estar da população e a segurança do Estado em nome de uma cidadania de que cada um seria o proprietário; e outro por meio do qual esta mesma configuração é problematizada na afirmação das relações, dos encontros e das circunstâncias de luta das quais nenhum sujeito, nenhum indivíduo pode se dizer proprietário. Uma em que se aproxima o cidadão do Estado via uma individualização crescente; outra que marca sua distância via uma singularização incessante, afirmando um devir revolucionário que escapa das formas de democracia constituídas historicamente.

A primeira nos reenvia à escolha dentre as respostas já dadas, de modo que a opinião é rebatida sobre esquemas distributivos, previamente constituídos, em relação aos quais o chamado livre exercício opinativo exprime-se como realização da normatividade em proveito de uma gestão planetária, isto é, em proveito da administração dos corpos e da vida segundo uma contabilidade que não cessa de ser repostada. A segunda nos reenvia à invenção de problemas inéditos, arrancando-nos do habitual, do já dado, em um processo de “desidentificação e desclassificação” (Rancière, 2003, p. 119), irrompendo na história como aquilo que lhe escapa. Nesse sentido, a opinião é tanto a

expressão da proliferação da polícia, atuando sobre um povo constituído sob a lei, quanto da raridade da política, em que esta se encontra sempre em relação com um povo que não está dado e que, irredutível aos processos de unificação e homogeneização, lança-nos em direção a um futuro não dimensionável<sup>1</sup>.

O leitor deve ter percebido a esta altura que a opinião é tanto aquilo que separa a polícia da política quanto aquilo que permite confundir uma com a outra. É tanto aquilo que a política enfrenta quanto aquilo que a reduz à polícia. É tanto o fluxo ordinário de ideias, que distribui coisas e pessoas segundo atributos, quanto aquilo sobre o que se opera uma distribuição inesperada e insólita. Assim, nunca é demais ressaltar que, quando nos dispomos a nos haver com o regime da opinião, é preciso resistir a toda tentação (meramente opinativa) de qualificá-lo como bom ou ruim, a fim de determinar em relação com quais outros dispositivos ele se põem e o que produz.

### Um único mundo possível

Posto isso, o bloco opinião-informação circunscreve menos um território que as definiria como pública ou privada e mais um campo problemático que concerne tanto ao diagnóstico das novas técnicas que permitem utilizar sistemas de signos (significação e comunicação); produzir, transformar e manipular coisas (técnicas de produção) e, finalmente, aquelas que permitem determinar a conduta dos indivíduos, impor certas finalidades ou determinados objetivos (técnicas de dominação) – tal como coloca Foucault (2004a, p. 95) –, quanto ao processo por meio do qual se inventam modos de existência liberados da sujeição e da servidão que elas implicam e que as exprime.

Tais técnicas não operam somente no sentido de “submeter as subjetividades às práticas divisórias, disciplinares, individualizantes e normalizadoras” (Branco, 2000, p. 319), mas o fazem, contemporaneamente, em função de um novo dispositivo de controle – a democracia participativa – que reconhece direitos e determina práticas estabelecendo a legitimidade das falas entorno da produção de um consenso, de um único mundo possível, obtido no debate, tão incessante quanto insistente, de opiniões (Tótor, 2006). Desta forma, os esquemas de legitimação ganham brilho renovado nas sociedades de controle em que a democracia participativa se explicita na democratização

---

<sup>1</sup> Cf. A raridade da política aqui se aproxima estreitamente da ideia de “grande política” em Nietzsche como o produto da crítica dos valores morais. Deve-se depreender disso que a política à qual o texto ora apresentado se refere não diz respeito ao campo da política ou à sua expressão institucional precisamente porque, nesta delimitação, impera a moral e o que se tem então é polícia.

crescente do instrumento de acionamento e produção da opinião: a informação. O que agora interessa regular é a informação, o conhecimento e a comunicação para extrair o máximo de criatividade<sup>2</sup>. O correlato das sociedades de controle é a modulação dos processos cognitivos e a exploração da subjetividade.

A crescente inovação no âmbito das tecnologias informático-comunicacionais eleva o agudo comentário de Foucault a uma potência jamais imaginada:

O de uma sociedade transparente, ao mesmo tempo visível e legível em cada uma de suas partes, [...] que cada um do lugar que ocupa, possa ver o conjunto da sociedade; que os corações se comuniquem uns com os outros, que os olhares não encontrem mais obstáculos, que a opinião reine, a de cada um sobre cada um (Foucault, 1981, p. 215).

O reinado da opinião, todavia, se faz menos pela conexão dos corações do que pela comunicação entre cérebros, pela circulação de exemplos, de amostras de comportamento que mobilizam, capturam e fixam os fluxos de criação individual e coletiva. Deste modo, antecipa-se a oferta de produtos que não compreendem exclusivamente coisas, mas os comportamentos que são nelas embutidos. Vendem-se ideias, objetos, ações, estilos e o mundo a eles agregado, confeccionados como imagens e palavras compostas a partir dos elementos comuns a uma série ilimitada de perfis. O que nelas e por elas é apresentado será produzido na medida em que adquirirmos o produto, consumirmos a informação e adotarmos o comportamento. Produzimos acoplados a uma infinidade de máquinas técnicas e sociais, tanto quanto somos produzidos e algo é produzido em nós.

O modelo comunicacional, por meio do qual o controle se individualiza, articula, assim, política e mercado fundindo o cidadão no consumidor, produzindo a figura do Comunicador e constituindo uma subjetividade capitalística, tal qual a denominou Guattari (1987), que consome e produz identidades em redundância com uma maioria em nome da qual a opinião fala. Sempre objeto de uma luta ou de uma troca, como coloca Deleuze (1992), a opinião se molda estritamente sobre a forma da reconhecimento, favorecendo o reconhecimento de valores estabelecidos e colocando o pensamento a serviço do Estado.

A opinião é o expresso da participação. Ela implica gestão de direitos, prescrição de deveres e normalização de comportamentos, isto é, a produção incessante do cidadão planetário modelar sobre o qual se rebatem as identidades

<sup>2</sup> Para uma exploração mais ampla do tema, bem como seus muitos desdobramentos, sugere-se Lazzarato (2003).

que, a cada ação, fornecem informações sobre seus desejos, sua condição de existência, suas disposições, alimentando uma ampla gama de serviços, os quais, por sua vez, vendem as possibilidades de vida mais adequadas: aquelas que dizem respeito às subjetividades-luxo e aquelas que restam como subjetividades-lixo (Rolnik, 2007).

Foucault (1995) já havia afirmado que o que se nos impõe hoje não é procurar libertar o indivíduo do Estado e suas instituições, mas “liberarmos, a nós mesmos, do Estado e do tipo de individualização a ele vinculada” (Foucault, 1995, p. 239) recusando as formas de subjetividade que se nos impõem e a forma de sociabilidade que as justifica. Trata-se, portanto, de pensar politicamente essa dimensão invisível que constitui a subjetividade e que é imamente às máquinas técnicas e sociais que a produzem; dimensão à qual é preciso “restituir sua densidade de acontecimento e virtualidade” (Pelbart, 1993, p. 56), liberando as palavras e as imagens dos clichês da opinião que as atolam e cuja regra ideal ganha expressão nas subjetividades consensuais que fazem proliferar<sup>3</sup>. Tais subjetividades são aquelas em que os diferentes meios que as habitam (profissional, sexual, cultural, político etc.) são rebatidos sobre a axiomática capitalista que passa a regular a dinâmica afectiva das forças.

Trata-se, como coloca Maurizio Lazzarato, em “Biopolítica e bioeconomia”, de captar as modulações qualitativas do cidadão-trabalhador, suas escolhas, seus comportamentos, suas decisões; mas trata-se também de produzir naqueles que as não possuem as condições de autonomia individual que permitirão a eles praticarem sobre si mesmos, incessantemente, as técnicas que lhe possibilitarão escolher, comportar-se e decidir.

A composição entre condições culturais e acesso à informação poderia ser colocada, então, sob a chave do capital humano: seu crescimento, acumulação e melhoramento. Todavia, a necessidade de formar e aperfeiçoar, de “fazer e manejar inversões na educação escolar, na saúde, na mobilidade, nos afetos, nas relações de todo tipo” (Cardoso Jr, 2002) diz respeito não somente à correção ou regulação de comportamentos que seriam considerados danosos, mas a produção de comportamentos que não cessem de responder ao problema da inovação. Faz-se necessário, portanto mobilizar toda uma série de dispositivos que permitam atuar sobre o nível e o conteúdo do capital humano, isto é, que permitam intervir no conjunto de condições da vida, buscando a constituição de subjetividades afeitas às solicitações de escolhas e decisões em um universo de possíveis já dados.

<sup>3</sup> Gilles Deleuze (1992, p. 190 e 224) aponta que o consenso é a regra ideal da opinião e que nada tem a ver com a filosofia, visto ter a ver com o marketing, o novo instrumento de controle social.

Não se trata de moldar indivíduos, mas de modular o processo de subjetivação, controlando as disposições, acentuando tendências, operando no “amplo espaço entre eu e mim mesmo” (Cardoso Jr., 2002, p. 195), de maneira que não haveria um dispositivo que pudesse ser determinado como central, mas fluxos de toda sorte (de opinião, de consumo, de sexualidade ou ainda fluxos de pulhice como afirmou, décadas atrás Jacques Donzelot), reunidos desta ou daquela maneira em função de uma axiomática – esta axiomática é o próprio capitalismo que, no entanto, não para de multiplicar axiomáticas “para os jovens, para os velhos, para as mulheres” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 163), mas também para os animais, as plantas e a Terra.

### **Opinião, biopolítica, governamentalidade e controle**

Deleuze (1992), no breve texto “Post-scriptum sobre a sociedade de controle”, retomando, segundo ele, as considerações de Foucault sobre nosso futuro próximo (aquele no qual nos vemos hoje mergulhados), irá apontar a crise dos meios de confinamento como a passagem para as sociedades de controle, na qual o par massa-indivíduo dá lugar ao par *díviduos-cifra*, na qual já não se prioriza a docilização dos corpos para extração de força produtiva, mas o controle de estímulos para extração de conhecimento e informação. Nesse sentido, a pergunta sobre qual é a opinião que cada um tem sobre este e aquele tema, assunto ou tópico aponta a opinião como a coincidência entre conhecimento e informação. Assim, o modo pelo qual cada um se produz enquanto articulação entre conhecimento e informação, implica certa compreensão do que seja o conhecimento e o conhecer, de maneira que cada um se constitui, a um só tempo, na imagem do que há a conhecer e na imagem de quem conhece; no juízo sobre si e no juízo sobre o outro.

Evidentemente, a emergência das sociedades de controle não põe em jogo o desaparecimento da disciplina. Todavia, como mostrou Foucault (2004b; 2004c), o horizonte de análise das sociedades atuais não é caracterizado mais por um projeto exaustivo de disciplinamento que se prolongaria no interior de mecanismos através de uma rede de instituições normativas (Godoy; Avelino, 2008). Não se trata mais de

uma sociedade na qual o mecanismo de normalização geral e de exclusão do não-normalizável é requerido. Tem-se, ao contrário, no horizonte, a imagem ou a idéia ou o tema-programa de uma sociedade na qual existiria a otimização dos sistemas de diferença, na qual seria deixado campo livre para os processos oscilatórios, na qual existiria uma tolerância acordada

aos indivíduos e às práticas minoritárias, na qual existiria uma ação não sobre os jogadores do jogo, mas sobre as regras do jogo, e enfim, na qual existiria uma intervenção que não é do tipo do assujeitamento interno dos indivíduos, mas uma intervenção de tipo ambiental [environnemental]. (Foucault, 2004b, p. 265)

Neste universo, cabe aos indivíduos, por um lado, praticar a chamada livre escolha e a decisão – o que nos dá a dimensão do governo da sociedade através da liberdade; e por outro ser “suficientemente flexível e governável, para responder aos acasos das modificações de seu meio” – o que nos dá a dimensão autoritária do governo da sociedade através da liberdade. Liberdade e coerção passam, portanto a definirem-se em função do controle sobre os fluxos como dois polos do Estado ou duas tendências que se alternam ou combinam, sempre coladas uma a outra.

A inovação permanente, a incessante produção de algo novo, é então imanente ao conjunto de inversões realizadas sobre a população entendida como este conjunto de processos que recobre o sujeito de direito, o sujeito econômico e o sujeito social. Multiplicidade heterogênea de indivíduos que não somente “são e [que] só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem” (Foucault, 2008, p. 28), mas que se apresentam como “objeto técnico-político de uma gestão e de um governo” (Foucault, 2008, p. 92), compreendendo tudo que se estende “do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público” (Foucault, 2008, p. 99). Desnecessário dizer que o público é já a população apreendida segundo seus comportamentos, hábitos e opiniões...

Como coloca Foucault (2008), a intervenção ambiental diz respeito ao **modo** como se procura atingir uma população – esse arranjo de comportamentos, hábitos e opiniões – e não mais indivíduos como sujeitos de direito, capazes de ações voluntárias, ou multiplicidade de organismos, capazes de desempenho. Interessa os muitos modos pelos quais nos produzimos enquanto conhecimento, informação compartilhada. A questão que a move é: de que maneira e em que momento intervir no processo a fim de induzir uma determinada ação?

Posto isso, o saber advindo da economia política diz respeito a governar através de processos sociais e econômicos exteriores ao Estado de maneira eficiente e efetiva; por outro lado a liberdade e os direitos do indivíduo soberano apresentam-se como outro instrumento que as formas liberais e democráticas de governo encontram à disposição. De acordo com Dean, no entanto, deve-se colocar sob suspeita a capacidade do liberalismo de controlar uma administração totalitária da vida ao supor-se que



governando através da liberdade e em relação com a liberdade, as democracias liberais avançadas são capazes de diferenciar sua biopolítica daquela dos modernos estados totalitários e outros estados policiais (Dean, 2004, p. 21).

Trata-se de considerar, como sugere o autor, que não importa se o apelo à soberania individual e aos direitos possa revelar-se como a dimensão não liberal do liberalismo, ao exprimir-se em formas de totalitarismo atávico, ou se a biopolítica é tão simplesmente um incrível acréscimo de significado biotecnológico posto a serviço dos poderes soberanos: ambos referem-se, sobretudo, às existências concretas, e os dois instrumentos de governamentalidade põem em jogo, respectivamente, os meios de sustentação da vida e o mero fato de estar vivo. Nesta perspectiva, afirma Dean, “quanto mais o liberalismo e os mais modernos movimentos de direitos buscam defender-nos dos perigos do biopoder, mais eles tornam possível sua extensão” (Dean, 2004, pp. 21-22). Isto porque a inovação faz-se acompanhar de remanejamentos constantes da axiomática capitalista, seja restringindo-a (tendência totalitária) ou ainda multiplicando-a (tendência social democrata), chocando-se desta maneira com os limites do próprio capitalismo e não, como se quer fazer crer, “com os limites do Universo, com o limite extremo dos recursos e das energias” (Deleuze, Guattari, 1997, p. 165).

Deste modo, cada vez que somos convocados, incitados a emitir opinião, e cada vez que somos confrontados com a opinião, põem-se em movimento modos de fazer, tendências que designam a população enquanto público, efeito do rebatimento sobre as axiomáticas capitalistas, fazendo valer o jogo da reprodução e legitimação de uma configuração já dada no interior da qual se age. Por outro lado, o evidente desconforto desta afirmação reside no fato de que as tendências expressas nas diversas ciências humanas estão inexoravelmente implicadas na racionalidade dos dispositivos, funcionando como tensores e vetores que exprimem as forças que neles estão presentes: a defesa da opinião pública funde-se à defesa da população entendida como objeto técnico-político que se deve gerir e governar. O máximo de opinião e transparência exprime-se na intensificação da gestão e do governo, cuja fluidez equivale à do mercado: pode-se escolher qualquer coisa desde que se escolha a escolha. O jogo dos rivais na filosofia finalmente se assenta sobre aquele da competição entre grupos, agora chamados “parceiros sociais”, presa patética do consenso dos universais de comunicação, que jamais criam problemas e estão sempre as voltas com os problemas que são colocados *para* eles.

Nesse sentido, a verdade dos enunciados produzidos é inseparável das

forças neles investidas, cujas linhas os conectam com os sistemas de regulação não só reforçando formas de regramento, que visam à ordem, a hierarquia e as obrigações em relação à liberdade, mas justificando toda forma de intervenção que tenha na liberdade um fundamento, reproduzindo, assim, a normatividade das democracias liberais (Dean, 2007, p. 199). Como afirma Deleuze, “será verdadeira a opinião que coincida com a do grupo ao qual se pertencerá ao enunciá-la” (Deleuze, 2000, p. 190).

Desta perspectiva, Dean (2007) aponta que uma outra expressão deste mesmo discurso explicita-se nos programas políticos que propiciam o retorno de uma “compulsão jurídico administrativa” seja ela sob a forma de reivindicação moral da comunidade (o direito de participar/opinar), ou a obrigação individual dos cidadãos (o dever de participar/opinar), seja ainda sob a forma da ordem e da inclusão social (o reconhecimento da diferença na participação/na opinião); perspectivas que guardam em comum a necessidade, para os mecanismos de governo, de reforçar a obrigação por parte daqueles que dependem do Estado (pobres, prisioneiros, moradores de ruas, imigrantes, viciados etc.), isto é aqueles sobre os quais se opina ao convertê-los em tópico, tema ou questão: a pobreza, o crime, a moradia, a mobilidade, as drogas etc.). Tanto uma expressão quanto a outra podem e são combinadas na medida em que se destinam a segmentos diferenciados da população. A estratégia do controle na modulação dos fluxos de opinião por meio dos axiomas é fazê-los corresponder a segmentos determinados. Eis então o reino da opinião tal qual Foucault já o havia apresentado, por toda a parte a polícia, em parte alguma a política.

## Resistências

A questão, portanto é a da liberação dos fluxos, isto é, tomar por alvo os axiomas, visto que o governo sobre a vida, contemporaneamente, é menos a regulação de comportamentos individuais ou de uma população e mais a modulação de comportamentos em relação com o conhecimento dos processos de uma economia global acrescidos daquele advindo das ciências.

Se o alvo é a existência valeria perguntar como inventar existências potentes o bastante para escapar às tecnologias do controle?

Se a disciplina arrastava o corpo para o problema de como produzir um corpo dócil, o controle conduz o corpo para o problema de como produzir um corpo modulável. Não se trata evidentemente de substituir um pelo outro,

mas sim de tomar o primeiro como alvo de um investimento na sua dimensão intensiva, modulando-a. Não são corpos sucessivos, mas componíveis, implicados que estão no jogo sinuoso das serpentes que “nos enredam, atraem e combinam ao infinito seja lá o que for”<sup>4</sup>.

Todavia, a questão não se põe assim tão grosseiramente, mas naquilo que interessa mais imediatamente é suficiente considerar que a estratégia, à qual a biopolítica se relaciona enquanto tecnologia de governo, incide sobre os processos de subjetivação disputando a última palavra sobre os encontros de corpos, sobre sua afectibilidade, isto é sobre o processo variável de composição dos modos de existência, sobre como percebemos, sentimos, pensamos, sobre as tendências e disposições subjetivas. Desta maneira, ao afirmarmos que o controle incide sobre a variação, já estamos supondo um outro tempo. Não mais aquele da sucessão de nossas tarefas cotidianas, e assim aquele com o qual damos densidade à experiência, um tempo que põe em jogo as forças e seus afectos, aquilo que para Bergson exprime a potência vital ou a potência de invenção da vida e que a constitui intensivamente<sup>5</sup>. Assim é que, como aponta Lazzarato, o conceito de população proposto por Foucault verifica-se, essencialmente na duração (a população não é um agrupamento extensivo de indivíduos, mas a expressão de tendências). Deste modo, quanto mais se investe em opinião-informação-comunicação, tanto mais nos aproximamos do jogo da verdade do liberalismo e, por conseguinte da racionalidade estratégica que ele constitui, quanto mais nos vemos às voltas com o regramento normativo que rebate coercitivamente a experiência de si sobre o padrão identitário que a opinião sustenta e que, ao operar em função de uma axiomática, permite que “o Estado, a Comunicação, a Ciência participem dos processos de subjetivação a ponto de ditar-lhes os ritmos” (Cardoso Jr., 2002, p. 195). Modular as tendências e as disposições é controlar a variação em função de um conjunto de possíveis que correspondem à racionalidade estratégica cujo horizonte já não supõe exclusivamente o “assujeitamento interno dos indivíduos, mas uma intervenção de tipo ambiental”, sobretudo uma intervenção nas tonalidades, no que Uexkull (s/d: 10) chamou “teor” prático ou qualidades intensivas por meio das quais se produz o mundo de percepção e o mundo de ação; tal intervenção supõe a modificação incessante do meio.

Visto a tecnologia liberal de governo funcionar, como aponta Dean, por *desdobramento* da esfera política na sociedade civil, e por *envolvimento* das regulações produzidas na sociedade civil nos programas e intervenções do

<sup>4</sup> Cf. Luiz B. L. Orlandi (2002, p. 19). Com o mesmo título, uma versão carente do Anexo que aqui aparece no final, foi publicada em Margareth Rago, Luiz B. L. Orlandi, Alfredo Veiga-Neto (2002, p. 217-238).

<sup>5</sup> Cf. Mauricio Lazzarato (2003, p. 17).

governo; a produção de uma norma de conduta social é imanente ao processo de regulação que constitui as tecnologias de governamentalidade, as quais atravessam todas as dimensões da existência<sup>6</sup>. De que modo? Por meio da opinião, da participação, cuja função é assegurar o jogo natural e necessário dos modos de regulação. Um jogo que é, ele mesmo, desprovido de normas ou regras.

Todavia, para darmos conta da amplitude dos dispositivos de regulação biopolítica na contemporaneidade parece ser fundamental também demarcar a compreensão do *bios*, tendo em vista a problemática da subjetivação anunciada por Foucault no final do curso dedicado à hermenêutica do sujeito e que se fará presente até 1984. Nesta perspectiva, o governo sobre a vida, ao exprimir-se na gestão das populações, o faz tomando-as como conjunto de tendências ou vetores cuja gestão se faz por meio da regulação da maneira como o mundo se apresenta imediatamente a nós no curso de nossa existência (POPKEWITZ, 1997), isto é por meio da condução dos processos de subjetivação. A norma de conduta é assim expressão do jogo imanente das distribuições de normalidades diferenciais que a condução do processo exprime, e sobre cuja variação o controle incide, já que a maneira como o mundo se apresenta imediatamente a um sujeito é inseparável do processo pelo qual um mundo se constitui para um sujeito sempre em vias de se fazer<sup>7</sup>. O controle incide, então, na própria constituição da experiência de si, na dobra que articula as técnicas de governo dos outros e as técnicas do governo de si. De sorte que é em relação às técnicas, ao conjunto de práticas implicadas com a governamentalidade, que os dispositivos são pensados em sua especificidade e em sua função estratégica frente aos problemas considerados cruciais em um momento histórico<sup>8</sup>. Por outro lado, o conjunto de práticas se define em relação aos esquemas ou a moldura cultural que as organiza por proposição, sugestão ou imposição<sup>9</sup>. Considerando-se o exposto, deve-se ter em mente que os dispositivos informático-comunicacionais efetivamente estão a serviço da opinião, já que cabe a ela formar e percutir a moldura cultural, reforçando os vetores normativos, isto é aqueles em concordância com a verdade de uma época, verdade que a opinião desvelaria. O caráter estratégico do dispositivo reside, todavia, em que a verdade se constitua como uma dobra do Si, permitindo tanto o controle sobre a verdade produzida quanto sobre as subjetividades, os modos de existência que ela determina.

<sup>6</sup> Sobre a importância do vínculo e do contrato na garantia da segurança dos processos cf. Ana Godoy (2008).

<sup>7</sup> Gilles Deleuze (1991, p.51) “é preciso colocar o mundo no sujeito para que o sujeito seja para o mundo”.

<sup>8</sup> Cf. Michel Foucault (1981).

<sup>9</sup> Cf. Michel Foucault (2004d, p. 276)

Os processos de ambientalização curricular, ambientalização institucional, ambientalização da educação e ambientalização da sociedade<sup>10</sup>, através dos quais é reconfigurado o estatuto profissional, a pesquisa e o ensino, articulam o jogo entre a delimitação do campo de experiência e a definição de normas de conduta a partir do investimento no conhecimento prospectivo: na capacidade de cada um para extrair informação, se produzir como informação e comunicar dados em proveito de inovações. Sua atualização nas políticas que articulam o ensino superior explicita-se num *continuum* das posições determinadas segundo a mera classificação escolar, que traduz em pontos o percentual de energia produtora identificando, dentro e fora das universidades, os indivíduos criativos e contratantes que determinarão a grande performance coletiva.

Assim, a perspectiva ambientalista, antes restrita a transformação temporal da cognição (Kastrup, 2000, p. 379), que tinha na forma do conhecer determinado pelo adulto a possibilidade de estabelecer padrões, passa a presidir a própria produção do *conjunto* das práticas e das ações ensejadas pelos indivíduos humanos (crianças e adultos), *em qualquer tempo e lugar*. Isto é, *toda e qualquer prática* passa a ser considerada produtiva na perspectiva da ação sobre condutas possíveis, visto que o que efetivamente interessa é a produção de indivíduos (adultos e crianças) continuamente ativos no retrabalhar suas próprias capacidades e potencialidades através de uma incessante intervenção sobre os modos como percebem, sentem e pensam. Desta maneira, o alvo passa a ser o universo contingente das tendências e disposições em seu fazer-se, ao invés das condições estabelecidas e imutáveis.

Os processos de ambientalização, ao articularem o bloco conhecimento-informação-comunicação (expressos nas terminologias Sociedade de Informação, Sociedade do Conhecimento, Sociedade de Saberes Compartilhados, Sociedade da Inteligência, Sociedade Informacional ou o plural alternativo Sociedades da Informação e Comunicação) redimensionamos dispositivos pedagógicos, cuja operatoriedade, nas sociedades de controle, ultrapassaria, então, os muros, as fronteiras das instituições, modulando o processo de subjetivação no sentido de produzir subjetividades em ressonância com a corrupção contínua dos meios

<sup>10</sup> A extensa e variada bibliografia a respeito inclui desde artigos reunidos em diferentes livros resultantes da pesquisa ensejada pela Rede ACES (período de 2002 a 2005), focada exclusivamente nas Instituições de Ensino Superior, bem como a produção técnica do Ministério da Educação e Cultura intitulada “Mapeamento da Educação em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para políticas públicas”, que faz referência à Rede ACES, e ainda a produção bibliográfica do campo alargado da Educação Ambiental em sua implicação com a formação, a pesquisa e o compromisso com a cidadania, tanto no âmbito da educação formal quanto no da educação não-formal.

institucionais e não institucionais, isto é, subjetividades elas mesmas corruptíveis e incessantemente engendradas (Hardt, 2000). Evidencia-se, deste modo, um processo de sobre-investimento pedagógico, cujo lugar de efetividade seria cada vez mais indefinido visto seus limites coincidirem com aqueles do meio.

Não se trata, portanto, de nos mantermos no lugar que Aristóteles nos legou, no qual nos caberia determinar a verdadeira e a falsa opinião e identificar os rivais, mas de considerar que há uma verdade da opinião, um sujeito que por ela é produzido, um sujeito que “nasce e se esvai na espessura do que se diz, do que se vê” (Deleuze, 1998, p. 134), a mesma espessura na qual se forma a opinião. Só há então sujeito como sujeito da opinião, como aquele que se produz de modo flexível e permeável na articulação entre conhecimento e informação seja o sujeito que chafurda no vivido, de onde se extrai a opinião como tipos psicossociológicos, seja o sujeito que transcende o vivido – sujeito da comunicação, incapaz de produzir outra coisa que não opiniões, de afirmar outra coisa que não a diferença de opinião, esconjurando toda diferença que não se submete a autoridade legítima do Eu.

O processo de ambientalização da educação, ao promover intervenções que visam preservar condições e agentes como fatores e princípios sobre um horizonte abrangente de ação política e mudança social – horizonte marcado por transições em que toda forma de antagonismo deve ser domesticada – é o correlato da ideia de gestão das transições ecossistêmicas que requer, necessariamente, instituições políticas transicionais e recrudescimento das hierarquias, ambas igualmente inseparáveis de mercados transicionais e da gestão das sequências sucessivas da existência. Deste modo, a eficácia das transições ecossistêmicas reside em transições socialmente válidas (GODOY, 2011) inseparáveis de uma educação que instrui sobre questões sociais, hiperinflaciona a expressão e esvazia a experiência, capitalizando os modos de aprender, sentir e criar que retornam imediatamente como conhecimento/informação.

Sendo assim, as resistências precisariam ser pensadas como uma espécie de transmutação, igualmente sem lugar definido<sup>11</sup>, mas cuja eficácia suporia um tipo de alteridade predatória desregulada<sup>12</sup> operando dentro dos dispositivos, atravessando os regimes pedagógicos, canibalizando-os, produzindo modos semióticos menores, não capturáveis, porque absolutamente estrangeiros a este jogo, porque põem em prática um outro jogo que supõe outro funcionamento

<sup>11</sup> Mantemos, portanto a afirmação de Deleuze quanto à ausência de estatuto das resistências.

<sup>12</sup> Cf. Eduardo Viveiros de Castro em *Métaphysics Cannibales*, especialmente a Introdução e o capítulo oito (*Métaphysic de laPrédation*).

da cognição, e cujo princípio é aquele da anarquia do conhecimento<sup>13</sup>. O problema aqui não seria identificar grupos que resistem, mas perceber qual ou quais regimes de determinação são apontados, quais zonas são privilegiadas e *como* tais determinações são suspensas. É nessa dimensão anárquica e anarquizante que as resistências precisam ser pensadas, precisamente porque o que importa produzir não é somente uma subjetividade dócil – que atue segundo as regras –, mas uma subjetividade flexível que varie segundo a variação das regras sob condições desprovidas de norma ou regra.

Da perspectiva das resistências, tratar-se-ia, portanto, de considerar o modo pelo qual as forças serão dobradas, como se afetarão para coincidir ou não com as estratégias postas pela governamentalidade. Em outras palavras, trata-se de considerar a distribuição dos modos de ver e falar, de sentir e pensar, dos modos de existir que se nos apresentam contemporaneamente. Trata-se menos de glorificar a opinião, atribuindo-lhe valor em relação a uma prática democrática, fazendo valer uma maioria e uma minoria estatísticas sempre prontas a capturar as resistências dando-lhes um rosto; e mais de enfrentá-la, formulando os problemas que ela silencia, pois não há uma boa ou má opinião sobre a miséria, o encarceramento, a guerra ou qualquer outra coisa. Há tão somente a verdade da opinião e o modo pelo qual o pensamento se põe em relação com a polícia e com a política. O modo pelo qual a opinião nos verga sob a força das tecnologias de governamentalidade e o modo pelo qual desdobramos as virtualidades que permanecem envolvidas no mundo que a opinião só pode formatar. Porque a opinião não cria coisa alguma, resistir é certamente bem mais e bem menos que opinar: “transmutação sem princípio que arruína todo princípio suplementar de ordenação e organização” (Godoy, 2009).

*Recebido em 30/01/2012. Aprovado em 15/03/2012.*

---

<sup>13</sup> Esta última entendida como afirmação da diferença sem mediação, coextensiva às relações nas quais se entra, aos problemas inventados e às decisões tomadas; e que devasta as condições e agentes como fatores que legislam sobre o devir. Cf. Alberto Toscano (2006, p. 195-196).

## Referências

- BRANCO, Guilherme C. Considerações sobre ética e política. In: BRANCO, Guilherme C.; PORTOCARRERO, Vera. (orgs). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.
- CARDOSO JR., HélioR. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz Benedito L.; VEIGA-NETTO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzscheanas**. Rio de Janeiro:DP&A, 2002.
- DEAN, Mitchel. **Governing societies**. Political Perspectives on Domestic and International Rule. New York: Open University Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. Four Theses on the Powers of Life and Death. *Contretemps*, 5, December, 2004.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. Trad. Peter PálPelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Diferença e repetição**. Trad. de Luiz B. L. Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A dobra: Leibniz e o barroco**. Trad. Luiz B.L Orlandi. Campinas: Papyrus, 1991.
- DELEUZE, Gilles, Guattari, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr., Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Mil Platôs**, vol. 5. Trad. Janice Caiafa e Peter P. Pelbart. São Paulo: Editora. 34, 1997.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul.; DREYFUS, Hubert.(orgs). **Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- \_\_\_\_\_. Sexualidade e solidão (1981). In: MOTTA, Manoel B. da.(org). **Ética, sexualidade e política. Ditos e Escritos**. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004a.
- \_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática de liberdade (1984). In: MOTTA, Manoel B. da. (org). **Ditos e escritos: Ética, sexualidade e política**. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004d.
- \_\_\_\_\_. **Sécurité, territoire, population**. Cours au Collège de France, 1977-1978. Paris: Gallimard/Seuil, 2004c.
- \_\_\_\_\_. **Naissance de la biopolitique**. Cours au Collège de France, 1978-1979. Paris: Gallimard/Seuil, 2004b.
- \_\_\_\_\_. **Segurança, território e população**. Curso dado no Collège de France 1977-1978. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GODOY, A. **A menor das ecologias**, São Paulo: EDUSP, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Ecologia e anarquia**. 2009. Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/agora/pdf/anagodoy.pdf>> Acesso em: 15 Abr. 2011
- \_\_\_\_\_. A menor das ecologias. **Cadernos de Subjetividade**, ano 8, n. 3, 2011.
- GODOY, Ana; AVELINO, Nildo. Educação, meio ambiente e cultura: alquimias do conhecimento na sociedade de controle. **Educação em Revista**, UFMG, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, Dez. 2009.



- GUATTARI, Félix. **A revolução molecular**. Pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Éric. **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. Trad. Maria Cristina Franco Ferraz. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LAZZARATTO, Maurizio. **Para uma definição do conceito de “bio-política”**. Trad. Eliana Aguiar. 2003. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/09/262958.shtml>> Acesso: 19. Fev.2011.
- \_\_\_\_\_. **Biopolítica/Bioeconomia**. Trad. Eréndira Reyes. CPTI-IFAL, 2006. Disponível em: <<http://multitudes.samizdat.net/Biopolitica-Bioeconomia>> Acesso: 19.02.2010.
- ORLANDI, Luiz Benedito L. Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos?. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz Benedito L.; VEIGA-NETTO, Alfredo. (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzscheanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Acesso em: <[http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/orlandi/que\\_estamos\\_ajudando.pdf](http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/orlandi/que_estamos_ajudando.pdf)> Acesso em: 15 Abr. 2011
- PELBART, Peter Pál. **A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional**, uma política sociológica. Poder e conhecimento em educação. Trad. Beatriz A. Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento— política e filosofia**. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo, Editora 34, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Aux bords du politique**. Paris, Gallimard, 2003.
- ROLNIK, Suely. A Vida na Berlinda: Como a Mídia Aterroriza Com o Jogo Entre Subjetividade-lixo e Subjetividade-luxo. **Trópico**, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/1338,1.shl>> Acesso: 19.02.2011.
- TOSCANO, Alberto. **The Theatre of Production**. Philosophy and Individuation between Kant and Deleuze. New York: Palgrave Mcmillan, 2006.
- TÓTORA, Silvana. Democracia e sociedade de controle. **Verve**, Revista do NU-SOL, n. 10, PUC, São Paulo, 2006.
- UEXKULL, Jakob Von. **Dos animais e dos homens**. Trad. Alberto Candeias e Aníbal G. Pereira. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metaphysiques Cannibales**. Lignes d’anthropologie post-structurale. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

